

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS – MG

Ref.: Pregão Eletrônico nº 016/2024 – Contratação de Sistema de Gestão Integrado

W4M - AUTOMACAO E CONTROLES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.921.829/0001-90, com sede na Rua Tabajaras, nº 327, Bairro: Povia, Uberlândia (MG), CEP: 38.408-408, telefone: (34) 3304-6060, e-mail: assessoria@rocha.adv.br, através de seus procuradores devidamente constituídos (**doc. anexo**), vêm à presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 016/2024**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I – DOS FATOS

1. O edital prevê a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de *software* de gestão pública integrada, incluindo serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção, suporte técnico, e alterações evolutivas e corretivas.
2. A contratação estipula o critério de julgamento de menor preço por item e duração contratual até 31 de dezembro de 2024.
3. **Com efeito, o edital impõe requisitos que limitam a competitividade e restringem indevidamente a participação de empresas qualificadas, violando os princípios norteadores das contratações públicas, como os da isonomia, competitividade, economicidade e continuidade do serviço público, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.**
4. Diante disso, a Impugnante apresenta a fundamentação detalhada que segue, buscando adequar o edital aos princípios e normas aplicáveis.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

II.I – Da obrigação indevida de comprovação de requisitos na fase de participação; Inobservância do artigo 63 da lei nº 14.133/2021; Exigência indevida de profissionais com formação específica; inobservância ao princípio da razoabilidade

5. O edital estabelece que os licitantes devem comprovar uma série de requisitos já na fase inicial de participação, como qualificação técnica, profissionais com formação específica em Ciências da Computação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Sistemas de Informação.

6. Tais exigências desnecessárias restringem o caráter competitivo do pregão, favorecendo apenas fornecedores que já possuem tais documentos em seus arquivos, excluindo empresas igualmente qualificadas e capacitadas, inclusive micro e pequenas empresas.
7. Os critérios de habilitação devem ser restritos ao necessário para comprovação de capacidade técnica e financeira, sem adotar exigências que desvirtuem a competitividade.
8. **Ao exigir documentação e certificados que não guardam relação direta com a execução do serviço, a Administração impõe barreiras artificiais, favorecendo indevidamente fornecedores específicos e infringindo o princípio da isonomia, o que compromete a transparência e a lisura do certame.**
9. Com efeito, a legislação determina que a qualificação técnica e documental exigida no processo licitatório deve ser verificada apenas para o licitante vencedor, como forma de simplificar e agilizar o processo, além de garantir maior competitividade e isonomia entre os participantes. Vejamos.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

(...)

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

10. **A imposição de comprovações na fase de participação, portanto, representa ônus desnecessário aos licitantes, prejudicando a competitividade e aumentando a burocracia sem justificativa técnica.**

11. Tais exigências restringem o acesso de potenciais interessados e não contribuem para a efetividade do processo, pois a comprovação deve ser exigida somente do licitante com a proposta vencedora.
12. Em dizeres claros, a exigência de formação específica sem permitir alternativas de comprovação de competência técnica configura exigência indevida e restritiva, que fere o princípio da razoabilidade previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.
13. **Deste modo, requer-se a modificação dos dispositivos do edital que impõem a comprovação de requisitos na fase inicial, adequando-os ao disposto no artigo 63 da Lei nº 14.133/2021, para que a comprovação dos requisitos seja exigida exclusivamente do licitante vencedor, assegurando maior agilidade e isonomia no certame.**

II.II – Da incompatibilidade entre o prazo contratual e o prazo de validade das propostas; Violação ao princípio da segurança jurídica e do interesse público;

14. O prazo contratual até 31 de dezembro de 2024. A validade da proposta não pode ser inferior há sessenta dias.
15. **Considerando o processo licitatório em andamento, é evidente que, ao ser concluída a análise das propostas, o prazo contratual já estará próximo de seu término, ou poderá até mesmo ser superado, invalidando o objeto do certame e gerando insegurança jurídica.**
16. Essa situação afronta o princípio da segurança jurídica, que visa garantir previsibilidade e estabilidade nas contratações públicas.
17. Tal princípio exige que os contratos administrativos tenham prazos que assegurem sua plena execução, viabilizando que o objeto da contratação seja efetivamente prestado dentro de um período razoável e compatível com o interesse público.

18. Os contratos de serviços continuados devem prever prazos compatíveis com a complexidade do objeto, de modo a assegurar a efetiva prestação do serviço e evitar a descontinuidade administrativa.
19. Outrossim, os procedimentos licitatórios devem ser realizados de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Fixar um prazo contratual que, na prática, será parcialmente ou totalmente superado até a fase de contratação prejudica o atendimento do interesse público, pois impede a execução plena dos serviços contratados.
20. Diante disso, a divergência entre o prazo contratual e o prazo de validade das propostas compromete a execução do contrato, podendo resultar em nulidade parcial ou até mesmo total do certame.
21. **À face do exposto, requer-se que o prazo contratual seja adequado, garantindo a plena vigência do contrato e a possibilidade de prestação efetiva dos serviços, assegurando a segurança jurídica e o atendimento integral do interesse público.**

II.III – Da necessidade de banco de dados único conforme exigência do SIAFIC; Inobservância ao decreto nº 10.540/2020;

22. O Decreto nº 10.540/2020 estabelece a obrigatoriedade de um Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC) para todos os entes federativos, que deve ser mantido em um banco de dados único e de forma integrada.
23. O Decreto, em seu artigo 2º, inciso I¹, exige que o sistema tenha capacidade de consolidar todas as informações financeiras e orçamentárias em um único banco

¹ Art. 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I - sistema único - sistema informatizado cuja base de dados é compartilhada entre os seus usuários, observadas as normas e os procedimentos de acesso, e que permite a atualização, a consulta e a extração

de dados, possibilitando assim maior transparência e controle dos recursos públicos.

24. **Todavia, o edital em análise não garante que o sistema a ser contratado cumpra esta exigência, pois não menciona expressamente que o *software* de gestão pública deve operar com um banco de dados único, como determina o SIAFIC.**
25. A ausência desse requisito representa um descumprimento das normas federais, comprometendo a transparência e a integridade das informações financeiras do município, o que pode impactar a prestação de contas perante órgãos de controle como o Tribunal de Contas do Estado e a Controladoria Geral.
26. Ao deixar de prever um sistema de banco de dados único, o município incorre em violação ao princípio da conformidade legal e da eficiência na administração pública, que determina que as contratações públicas devem ser realizadas em conformidade com as disposições legais aplicáveis, bem como em observância à melhor forma de atender ao interesse público.
27. **Por conseguinte, requer-se que o edital seja ajustado para incluir a exigência de que o sistema contratado seja mantido em banco de dados único, conforme determina o Decreto nº 10.540/2020, garantindo a integridade e transparência na gestão das informações orçamentárias e financeiras do município.**

II.IV – Da indevida transferência de responsabilidade pelo lançamento de dados no SICOM; Violação ao princípio da responsabilidade administrativa;

28. O edital prevê que a empresa contratada será responsável pelo lançamento dos dados no Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), transferindo

de dados e de informações de maneira centralizada, nos termos do disposto no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

a responsabilidade direta pela integridade dos dados lançados à prestadora de serviços.

29. **Essa delegação de responsabilidade é imprópria e contrária ao princípio da responsabilidade administrativa, que exige que a Administração Pública seja a responsável pela gestão e supervisão dos dados lançados nos sistemas oficiais de controle.**
30. Ora, é sabido que a administração pública é obrigada a realizar suas atividades observando os preceitos legais e éticos, o que inclui a responsabilidade pela integridade dos dados públicos.
31. **O lançamento dos dados orçamentários e financeiros é uma função administrativa essencial, sendo indevida sua terceirização.**
32. A Administração Pública, em especial os gestores e responsáveis pelo controle interno, devem manter a supervisão direta sobre a alimentação e veracidade dos dados inseridos no SICOM, como previsto nas diretrizes de controle e responsabilidade fiscal.
33. A transparência na gestão pública deve ser assegurada por meio do controle e acesso direto da Administração aos dados contábeis, o que é incompatível com a transferência dessa responsabilidade para um terceiro.
34. A falta de supervisão direta sobre os dados lançados viola o princípio da transparência e responsabilização fiscal.
35. **Portanto, requer-se a alteração do edital, de modo que a responsabilidade pelo lançamento e controle dos dados no SICOM permaneça sob supervisão e responsabilidade direta do município, garantindo a integridade, transparência e legalidade dos registros contábeis e orçamentários.**

III – DO PEDIDO

36. Diante do exposto, a Impugnante requer:

- a) A modificação dos dispositivos do edital que impõem a comprovação de requisitos na fase inicial, adequando-os ao disposto no artigo 63 da Lei nº 14.133/2021, para que a comprovação dos requisitos seja exigida exclusivamente do licitante vencedor, assegurando maior agilidade e isonomia no certame;
- b) A revisão do prazo contratual para assegurar a continuidade e eficiência dos serviços, estendendo-o para atender à natureza continuada do objeto;
- c) Que o edital seja ajustado para incluir a exigência de que o sistema contratado seja mantido em banco de dados único, conforme determina o Decreto nº 10.540/2020, garantindo a integridade e transparência na gestão das informações orçamentárias e financeiras do município;
- d) A alteração do edital, de modo que a responsabilidade pelo lançamento e controle dos dados no SICOM permaneça sob supervisão e responsabilidade direta do município, garantindo a integridade, transparência e legalidade dos registros contábeis e orçamentários;

Nestes termos,

Pede deferimento.

Gabriel Rodrigues Junqueira

OAB/MG 211.286

Uberlândia (MG), 28 de outubro de 2024.

W4M - AUTOMACAO E CONTROLES LTDA

CNPJ nº 01.921.829/0001-90